

OS DESAFIOS POLÍTICOS E PROFISSIONAIS DO GEÓGRAFO NESTE FINAL DE SÉCULO

Valter CASSETI¹

O presente texto tem por objetivo apresentar alguns pontos para discussão da temática proposta. Entendeu-se aqui que para se fazer uma análise dos "desafios políticos e profissionais do geógrafo neste final de século" necessário seria apresentar algumas considerações sobre a evolução epistemológica da ciência geográfica, bem como o contexto político atual, marcado pelo produtivismo liberal, que permitiu o aparecimento de um novo modelo de desenvolvimento a partir dos anos oitenta. A intenção é a de chamar a atenção para o peso histórico que marcou a prática social do geógrafo e os desafios impostos pelas estratégias ideológicas do novo modelo, para, através de uma postura crítica, superar as razões do iluminismo.

1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

A Geografia, no curto espaço de tempo de sua existência como "ciência" no conceito de conhecimento sistematizado, tem estado susceptível às influências filosóficas e ideológicas que marcaram o pensamento científico, chegando alguns a refletir tendências epistemológicas que chegaram inclusive a macular sua história. Como exemplo, o "racionalismo ilustrado" e o "romantismo" de Goethe (1749-1832) difundido por Humboldt; o "formalismo neoplatônico" de Ritter; o "positivismo" de

¹ Professor do mestrado de Geografia da UFG

Comte (1758-1857) na sua concepção orgânica (Darwinismo Social) apropriado por Ratzel; o “funcionalismo” de La Blache; o “intuicionismo” de Bergson; o “positivismo lógico” da “nova geografia” de Schaefer e Bunge; a abordagem marxista no pós-guerra influenciada por Pierre George (materialismo histórico, entendido como “estruturalismo marxista” por Dosse, 1994) e seus seguidores como Kayser e Lacoste. Não que a Geografia seja a única ciência que tenha sofrido tais influências, embora torna-se necessário reconhecer sua maior susceptibilidade por tratar de conteúdos tanto relativos às ciências naturais quanto às sociais. Esse motivo acaba implicando dificuldades quanto à questão epistemológica, sobretudo considerando a carga ideológica iluminista imposta à externalização do homem em relação à natureza.

A Geografia, portanto, que tem como objeto a relação homem-meio, já nasce fragmentada, tendo de um lado Humboldt (1769-1859) como precursor da Geografia Física, e de outro Ritter (1779-1859), da Geografia Humana, “que empenham-se em construir uma descrição sistemática da superfície do globo, como repositório de valores de uso exploráveis (tanto naturais como humanos) e como o locus de formas diferenciadas de reprodução econômica e social” (HARVEY, 1983). Sabe-se que a desumanização da natureza ou “externalização” da mesma, se constitui em argumento ideológico do sistema de produção capitalista, como forma de legitimação da apropriação privada dos meios de produção, cujo processo de acumulação responde pelo antagonismo de classes sociais. Portanto, a ideologia da “dominação” da natureza legitima a apropriação intensiva e extensiva da mesma, sob os auspícios da ciência, que além de proporcionar a evolução dos conhecimentos concernentes aos necessários recursos naturais, se constitui em importante instrumento de alienação, oferecendo subsídios ao processo de subjugação do homem em nome do “progresso”.

Como se sabe, Descartes utiliza-se do método gnoseológico da modernidade para se despojar de todos os vestígios naturais --tomados como algo de mitológico--, pretendendo não ser mais “nem corpo nem sangue, nem alma e nem mesmo um eu natural”, mas, sim, sublimar-se em um “sujeito transcendental ou lógico”, um “ponto de referência da razão, instância legisladora da ação”(HORKHEIMER, ADORNO, 1986). Assim a ciência cartesiana estabelece a cisão corpo e alma no intuito de dominar o mundo, transformando-o em “objeto interno do pensamento na forma de sua abstração -- as idéias claras e distintas” (MATOS, 1990).

A cisão corpo e alma tem por objetivo a dominação da natureza interna do homem, como forma de legitimação da dominação da natureza externa. A separação entre cogito e res extensa não revela apenas desencantamento do corpo, mas, concomitantemente, desencantamento da alma:

o desencantamento do mundo é a convicção de que o desejo e todos os “páthos”, pode elevar-se à condição de objeto de um saber matemático dedutivo, tornar-se idéia clara e distinta (para nós, ainda que permaneça obscuro em si), demonstrado por ciências fundadas na evidência racional (seja partindo de instituições, seja chegando a elas pelo caminho da gênese geométrica do objeto) e que tais conhecimentos não são apenas especulativos, mas práticos, destinados, no caso de Descartes, a fazer do homem “senhor e possuidor da natureza” (CHAUI 1990).

Para Marx (s.d.), a modernidade é a época de conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas -- incluindo-se aí as ciências --, incentivadas e criadas pela burguesia, e as relações de produção e de propriedade -- incluindo aí o conjunto de normas éticas e costumes morais -- que fundamentam e caracterizam o sistema de vida burguesa.

Colocar o homem como “senhor e possuidor da natureza” configura o núcleo

do programa do iluminismo e da modernidade. Como lembram Horkheimer e Adorno (1986), o objetivo é alcançar a “Feliz Apatia”, condição na qual a natureza interna está dominada em prol da dominação da natureza externa.

Nesse contexto, a Geografia acadêmica estrutura suas bases epistemológicas no positivismo, subordinada ao princípio baconiano de “conhecer a natureza para dominá-la”, o qual induz, ideologicamente, ao entendimento de uma natureza “hostil”, o que legitima a apropriação privada da natureza.

Essa política, fundamentada na “neutralidade” científica, evidencia o grau de alienação até a década de setenta do século atual, logo após ter participado da “administração racional” através das atividades de planejamento urbano e regional, dirigido para o controle social, no interesse da acumulação capitalista; princípio esse que parece nortear o espírito da lei que regulamenta a profissão do geógrafo.

Lacoste (1973), não escondendo o estado de crise que o discurso geográfico tradicional conhece, ressalta que a prática dos geógrafos não corresponde ao projeto unitário na medida em que uns se especializam em Geografia Física enquanto outros se enredam pelo caminho da Geografia Humana.

Com a preocupação centrada nas questões ecológicas a partir da década de setenta, “o sistemismo oferece a vantagem de um paradigma que permite procurar inter-relações, as ações e retrações, e ultrapassar, portanto, o descritivismo ambiente da corporação dos geógrafos tradicionais” (DOSSE, 1994). Permite também salvar o caráter unitário da Geografia ao propor que tudo se relaciona.

Também a intervenção de Lacoste (1976) e seus seguidores, tendo como alvo a Geografia Universitária, tem como propósito tornar visíveis “as estratégias ocultas que têm o espaço”, proporcionando a dimensão política ocultada pela escola vidaliana, proporcionando o desenvolvimento e novas tendências críticas à ciência geográfica.

Portanto, a partir dos anos setenta, com o “retorno à natureza” e a “redescoberta” do marxismo é que se observa uma certa “mutação” epistemológica na Geografia, contudo insuficiente para combater o enigma cartesiano e positivista. As dificuldades epistemológicas e a carência de alternativas metodológicas eficientes parecem diagnosticar as causas de uma ruptura que se estende por quase duas décadas. Enquanto a Geografia “revolucionária” não ultrapassar os muros das instituições superiores, o ensino básico formal continuará subjugado ao processo histórico da ideologização da natureza, favorecido pela megamáquina antro-po-social. Como não bastasse, além das questões epistemológicas, a Geografia enfrenta hoje as rápidas transformações impostas pelo processo de globalização em marcha.

2 A NOVA ESTRATÉGIA DO PRODUTIVISMO LIBERAL

Com o fim do welfare-state, uma nova estratégia de desenvolvimento é articulada pela hegemonia do capital, com o intuito de pacificar os conflitos de classe, restringindo as concessões do passado, esvaziar o poder econômico do Estado acumulado nas últimas décadas e reestruturar a ordem mundial a partir da extinção das fronteiras ideológicas.

Praticamente em menos de vinte anos, o produtivismo liberal, iniciado na Inglaterra e nos Estados Unidos, triunfa em todos os organismos de consulta e de regulação econômica internacionais (OCDE, FMI, Bird), se estendendo por todo espaço geográfico, imposto pelo poder hegemônico do capital, permitindo o aparecimento do esboço de um verdadeiro modelo novo de desenvolvimento nos anos oitenta .

O discurso do produtivismo liberal, em linhas gerais, procura livrar-se dos

rigores impostos pelo Estado e Sindicatos -- a legislação social, o Estado-providência, as normas antipoluição...-- bem como o bloqueio ao livre desenvolvimento das empresas.

Deixemos de subvencionar os claudicantes, os serviços públicos burocratizados e ineficazes, imponhamos uma alta taxa de juros para dissuadir as atividades não rentáveis. Assim, o livre jogo do mercado ditará automaticamente um novo modelo de desenvolvimento compatível com as novas tecnologias. Aliás, não são elas por essência “flexíveis” por sua maleabilidade de utilização? Não é sua vocação satisfazer uma demanda diversificada, individualizada, impossível de ser enquadrada pelo Estado? Não exigem elas, pela amplidão dos investimentos em jogo, uma extensão diretamente mundial e, por isso, gerenciável pelos Estados, por maiores que sejam? (LIPIETZ, 1991).

Ao mesmo tempo em que o Estado se dispõe do patrimônio acumulado nas últimas décadas, o que foi feito para atender aos interesses hegemônicos intencionais --visando a instalação da infra-estrutura necessária à implementação de indústrias no terceiro-mundo, constata-se a concentração-centralização do capital, fundamentada em padrões transnacionais de organizações econômicas e sociais, o desenvolvimento dos meios de comunicação e o despertar da consciência sobre o destino comum da humanidade.

Conforme Rattner (1996),

a atuação de conglomerados e empresas transnacionais não se limita às esferas econômico-financeiras apenas. Suas decisões de investir e desinvestir afetam em última análise, a prosperidade ou decadência das cidades e regiões, e o peso de seus recursos econômico-financeiros influencia na composição e no funcionamento da estrutura e das instituições públicas.

Como estratégia operacional observa-se o fim das reservas de mercado e a alteração

no tratamento discriminatório do capital estrangeiro.

As transformações dos meios de produção, determinadas pelo fortalecimento das relações de produção e inovações tecnológicas, alteraram a relação valor-trabalho, implicando na pacificação dos conflitos de classe agravada com a síndrome do desemprego. Portanto, a revolução científico-tecnológica determina uma nova divisão internacional do trabalho, com forte reflexo social nas regiões em desenvolvimento, reformulando sutilmente as subjugações do passado.

Com o fim do mundo bipolar, renovam-se os argumentos ideológicos sob o manto da “globalização”. Conceitos como soberania nacional, burguesia, proletariado, socialismo, revolução, reserva de mercado, além de outros, são banalizados e indexados em compêndios considerados “jurássicos”.

Uma nova forma de se pensar é imposta pelo produtivismo liberal como estratégia de manutenção dos interesses da globalização social. Interesses como a sustentação do poder hegemônico a partir de novas bases materiais sob o argumento da sustentabilidade que implica preservação da biodiversidade remanescente, como da Amazônia brasileira, são alguns dos requintes utilizados pelo produtivismo liberal, legitimado por mecanismos como a Lei de Patentes brasileira --lei 9279/96-- decorrente do acordo Trips --Trade Related Aspects of Intellectual Property Right.

A estratégia da política de “desenvolvimento sustentado” afeita aos interesses do Banco Mundial (Bird/FMI) evidencia nítida intenção de apropriação de novas bases econômicas em nome da defesa ambiental. Com relação à Amazônia brasileira, constata-se, nos últimos anos, um interesse especial dissimulado pelo significado da grande reserva florestal na atenuação do propalado “efeito-estufa”. Observa-se um verdadeiro paradoxo entre as práticas do passado adotadas pelo Banco Mundial com relação à região Amazônica (caso do Polonoroeste na década de 70) em relação à política de desenvolvimento sustentando (a Partnership of Environmental Progress).

Ao mesmo tempo em que financia projetos de preservação para a Amazônia brasileira, estimula a ocupação em direção ao Estado do Tocantins através de financiamento de estradas. Essa mudança precisa ser analisada no contexto da revalorização do capital, projetando a necessária busca de alternativas para uma tendência decrescente das bases materiais tradicionais, fundamentadas, sobretudo, nos recursos inorgânicos não-renováveis. Como se sabe, a Amazônia se caracteriza pela valiosa extensão de biodiversidade remanescente, constituindo-se importante banco genético estratégico, capaz de permitir a longevidade esperada pelo sistema a partir de novas bases tecnológicas. Tal fato justifica a verdadeira revolução científico-tecnológica em transição, cujo centro das atenções fundamenta-se na biotecnologia e na engenharia genética, hoje em franco desenvolvimento na farmacologia, agricultura e alimentação --a biodiversidade como base econômica orgânica renovável (CASSETI, 1995).

Conforme se comentou anteriormente, o novo modelo de desenvolvimento, compatível com as novas tecnologias, implica nova divisão territorial do trabalho: redução da força de trabalho com conseqüente exigência de especialização motivados pelas inovações tecnológicas. Tal fato responde pelo enfraquecimento das organizações sindicais que passam a adotar uma política de “resultados” como forma de manutenção do emprego. Chega-se ao ridículo do dilema imbecil entre o emprego ou as questões ambientais; o emprego ou a política salarial; o emprego ou as conquistas trabalhistas obtidas no welfare-state; o emprego ou

Em síntese, constata-se a implementação dos objetivos estabelecidos no produtivismo liberal, “orquestrado” pela superestrutura ideológica. O poder executivo toma-se “absolutista”, impondo através de atos “provisórios”, respaldados pelas relações jurídico-políticas, medidas privatizantes dos bens públicos,

determinados, em última análise, pela hegemonia do capital e seus organismos de regulação econômica internacional.

3 OS DESAFIOS POLÍTICOS E PROFISSIONAIS DO GEÓGRAFO

Considerando as questões abordadas, a ciência geográfica passa a ter um duplo desafio: de um lado os problemas de natureza epistemológica, herdados do passado, sobretudo os relacionados a uma prática social; de outro a tendência de “um destino comum da humanidade” -- um futuro unidimensional e livre de contradições -- imposto pelo produtivismo liberal. Ao mesmo tempo em que carece de buscar o tão esperado projeto unitário, até mesmo como forma de participar da tendência holística buscada pela transdisciplinaridade, torna-se imprescindível sugerir um futuro histórico à sociedade, marcado pelos eventos e pelas forças políticas que determinam o caráter e a estrutura do modo de produção.

Com relação à questão epistemológica, entende-se como providencial a temática ambiental, como estratégia para se chegar ao projeto unitário. Entende-se que as questões ambientais implicam rediscussão do conceito de natureza numa perspectiva dialética, apreendendo as novas paisagens da fisis (objetos disciplinares unidos por um traço comum: a dialeticidade).

Conforme Branco (1985), compreender a dialeticidade da natureza significa compreender a unidade entre processo histórico natural e a história do homem, o que permite concluir que o processo do pensamento é, ele próprio, elemento da natureza: o movimento do pensamento não está isolado do movimento da matéria, o que se contrapõe ao dualismo psico-físico descarteano -- substância pensante e substância meramente extensa -- que fundamentou o princípio de que a natureza interna está

dominada em prol da dominação da natureza externa (observa-se aqui que não se trata de entender o homem apenas como produto evolutivo da natureza, assemelhando-se ao “espelho passivo” de Schmidt (1978), mas sim, fruto da práxis histórica). Portanto, ao resgatar o conceito unitário de natureza, resolve-se o “nó górdio” do histórico dualismo que legitimou a apropriação privada dos meios de produção, amplamente difundido pela ciência subjugada aos interesses da superestrutura ideológica. A partir de então, torna-se possível compreender as razões que motivaram a ideologização do conceito de natureza externalizada ao homem.

Assumindo a ciência geográfica uma nova postura epistemológica, fundamentada na dialeticidade da natureza, ao mesmo tempo em que deixará de tratar o espaço como soma de conteúdos distintos, aparentemente desconexos, assumirá efetivamente uma postura política, capaz de oferecer a formação de uma consciência crítica, imprescindível a uma nova prática social.

Partindo desse princípio, em que pese o poder ideológico do produtivismo liberal, o professor de geografia tem importante papel fundamentado na justiça social, produzindo uma geografia que “desvende o véu”.

Como se viu anteriormente, o que a ciência moderna quer, através do “desencantamento do mundo”, é a teorização sobre as regras de conduta, as construções pedagógicas e políticas, as construções normativas cujo objetivo é tornar o homem eficaz e eficiente.

O homem moderno, o cidadão, é, portanto, o Aufklärer: silhueta que abriga um misto de cientista cartesiano e libertino altivo. Ele quer, como meio e meta, ou melhor, como meio que é meta, a “feliz apatia”. Sua tarefa é arrancar o véu. Deriva de sua figura o núcleo da idéia de professor no ocidente moderno. (GHIRALDELLI, 1994).

Para o autor,

também o professor deve arrancar o véu. Ele deve descortinar, desnudar, desmitologizar, desideologizar, desanalfabetizar, desinfantilizar, desencantar. Deve averiguar, experimentar (no sentido de experimento, e não de experiência), nominar, educar (que de certo modo é “puxar para cima”, pelos cabelos!)(...) profanar. Deve fazer intervir o logos, a palavra, a palavra que enumera, classifica, que logiciza, que racionaliza, que quebra o ritmo do corpo de modo a impedir os fluxos normais que possam dar continuidade à imaginação.

A analogia do professor ao Aufklärer, feita por Ghiraldelli (1994), é no sentido de que esse ilumina, esclarece sem contudo provocar a necessária desmitologização. Horkheimer e Adorno (1986) alertam que “o mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por remeter à mitologia”. Em um jogo de espelhos, o homem esclarecido, autônomo, o cidadão aparece como elemento da massa que aceita a dominação e só se rebela no sentido de continuar sua implementação. “A modernidade que produz a apatia precisa, então, criar mecanismos para, pelo menos por alguns momentos, reavivar esse homem para que a sociedade, ou melhor, o aglomerado de seres, continue a existir”. (GHIRALDELLI, 1994).

Tal fato leva a concluir que a educação só tem sentido ao proporcionar a auto-reflexão crítica, embora sabendo que as diversas forças -- como o produtivismo liberal -- jamais patrocinarão qualquer crítica. Contudo resta a expectativa apontada por Horkheimer e Adorno (1986) de que embora o sistema procure proteger “pela negação a união indissolúvel da razão e do crime, da sociedade burguesa e da dominação”, não consegue distorcer as conseqüências do esclarecimento, o que justifica a necessária insistência de “proferir brutalmente a verdade chocante”. Nesse contexto, a ciência geográfica, que foi intensamente abalada pela “feliz apatia” do iluminismo, deve rever seus conceitos e promover um conteúdo que possa

desmitologizar e desalienar o homem abstraído em verdadeiro cidadão.

Com relação às atividades profissionais, deve-se observar que a participação do geógrafo como técnico, embora difusa, tem se mostrado eficiente, considerando sobretudo a possibilidade de uma visão holística oferecida pela ciência geográfica. Nesse contexto, mais uma vez deve-se chamar a atenção para algumas questões de natureza ideológica, epistemológica e mesmo conceitual.

Ideologicamente deve-se pautar por decisões que não excluam os já alijados do sistema, oferecendo oportunidades para que tenham melhores condições de vida. Nesse momento, torna-se necessário considerar a estreita relação entre condições ambientais e sociais, ou seja, que os problemas ambientais encontram-se vinculados às questões de dependência econômica, numa escala global, e de poder aquisitivo, numa escala local, como as áreas de risco.

Observa-se que tais relações encontram-se mais uma vez legitimadas pelo processo de dominação hegemônica do produtivismo liberal, seja através do conceito de “globalização”, ou pela recuperação do “darwinismo social” utilizando-se do argumento da “seleção natural”. Mais uma vez defronta-se com a herança cartesiana e suas variâncias, formuladas com o intuito de justificar a necessária dominação do poder instituído. Portanto, observa-se que ajustar-se às exigências do mercado de trabalho não significa perder o senso crítico ou deixar de exercer uma prática social descompromissada com a justiça social.

Com relação às questões epistemológicas, insiste-se na necessidade de romper com as concepções de uma natureza externalizada, a qual constitui o núcleo do programa do iluminismo. Entendendo a dialeticidade da natureza, o geógrafo com certeza assumirá maior importância no meio profissional. Com relação à participação nas questões ambientais, evidencia-se que ao buscar a necessária visão holística, o geógrafo pode subsidiar-se, metodologicamente, dos recursos oferecidos pela

transdisciplinaridade, ao mesmo tempo em que deve se repensar epistemologicamente, numa visão dialética; não apenas para o avanço da Geografia **em si**, como também na sua participação para a compreensão da natureza em sua integridade -- uma Geografia **para nós** (CASSETI, 1996).

Observa-se mais uma vez a necessária desideologização do conceito de natureza externalizada como também do “equilíbrio natural” que tem se constituído em argumento apropriado por tendências de um “naturalismo ortodoxo”. É necessário entender que cada modo de produção assenta-se sobre uma nova forma de equilíbrio. É necessário entender que a relação homem-natureza é histórica e que “cada novo equilíbrio resulta da organização das contradições sociais internas, inerentes a modos de produção fundantes de estruturas de classes”(TRAGTENBERG, 1982).

Manter o equilíbrio entre uma prática social que implique desalienação, que promova justiça social, em contraposição às diversas forças que jamais patrocinarão qualquer crítica, ao mesmo tempo que aparentemente utópica, refere-se ao necessário desafio a ser travado pelo geógrafo.

Oportuno seria lembrar aqui a entrevista de Sartre (1980) ao *Nouvel Observateur* de Paris, demonstrando o sentimento de angústia diante da crise mundial:

eu resisto e sei que morrerei na esperança, mas essa esperança temos de fundá-la. É preciso tentar explicar por que o mundo de hoje, que é horrível, não é mais do que um momento no longo desenvolvimento histórico; que a esperança sempre foi uma das forças dominantes das resoluções e das insurreições. Eu sinto ainda profundamente a esperança como minha concepção do futuro.

BIBLIOGRAFIA

- BRANCO, J. M. de F. **Dialética, ciência e natureza**. Portugal: Caminho, 1989.
- CASSETI, V. **A interdisciplinaridade nos cursos de pós-graduação em Geografia**. In: Anais da ANPEG. Florianópolis, 1990.
- **A ideologia da modernidade e o meio ambiente**. B. Goi Geografia, Goiânia, 15(1):17-34, dez, 1995.
- **Abordagem sobre os estudos do relevo e suas perspectivas** (Notas Preliminares). Anais do I Simpósio Nacional em Geomorfologia. Uberlândia, 1996.
- CHAUÍ, M. Laços do desejo. In:--- **O desejo**. S. Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- DOSSE, F. **História do Estruturalismo 2**. S. Paulo: Ensaio, 1994.
- GHIRALDELLI Jr. P. **Arrancar o véu**. Texto apresentado no Seminário Nac. "Licenciaturas: o desafio da integração entre ensino, pesquisa e extensão". Curitiba, 1994.
- HARVEY, D. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio Janeiro: Zahar, 1993.
- HORKHEIMER, M, ADORNO, T. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- LACOSTE, Y. Le géographie. In:--- **Histoire de la philosophie: la philosophie des sciences sociales**. Hachette, 1973.
- **La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre**. Maspero: 1976.
- LIPIETZ, L. **Audácia: uma alternativa para o século 21**. São Paulo: Nobel, 1991.
- MARX, K. Manifesto do partido comunista. In: Marx, K., Engels, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, s. d. v. 1.

MATOS, O. C.F. **Desejo de evidência, desejo de vidência.** São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

RATTNER, H. **A globalização e a situação da indústria e tecnologia no Brasil.** Texto da Teleconferência Engenheiro 2001. Rio Janeiro, 1996.

SARTRE, J.P. **Entrevista ao Nouvel Observateur.** Paris, 1980.

SCHMIDT, A. **Der Begriff der Natur in der Lehre von Marx.** Frankfurt am. M., Basis, 1978.